



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA
SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 404/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;
- Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.- Constituição do Estado de São Paulo;
- Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
- Lei Federal nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde;
- Lei Municipal nº 13.777, de 11 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre a implantação do Programa de Prevenção e Tratamento da Hipertensão Arterial Sistêmica no Município de São Paulo.
- Decreto Municipal nº 45.770, de 15 de março de 2005, que regulamenta a Lei nº 13.777/2004, estabelecendo a execução do Programa de Prevenção e Tratamento da Hipertensão Arterial Sistêmica no Município de São Paulo.
- Portaria SMS nº 775, de 26 de maio de 2007, que constitui o Comitê Gestor para Prevenção, Promoção e Assistência da Saúde Cardiovascular no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde e define suas atribuições.
- Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde e consolida a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, assegurando atendimento humanizado, acesso universal, informação adequada e participação do usuário nas decisões sobre seu tratamento.
- Lei Federal nº 14.454, de 21 de setembro de 2022, que altera a Lei nº 9.656/1998 para ampliar os critérios de cobertura de procedimentos não previstos no rol da ANS, desde que haja comprovação científica.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Lei Federal nº 14.510, de 27 de dezembro de 2022, que altera a Lei nº 8.080/1990 para autorizar e disciplinar a prática da telessaúde em todo o território nacional, estabelecendo regras gerais para a prestação de serviços de saúde à distância por meio de tecnologias da informação e comunicação, garantindo a autonomia do profissional de saúde, o consentimento do paciente, a confidencialidade dos dados e a observância das normas dos conselhos profissionais.
- Portaria GM/MS nº 1.348, de 2 de junho de 2022, que dispõe sobre as ações e serviços de telessaúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo diretrizes para a oferta de atendimento remoto, teleconsultoria, telediagnóstico e outras modalidades de assistência digital em saúde.
- Portaria GM/MS nº 3.691, de 23 de maio de 2024, que institui a Ação Estratégica SUS Digital – Telessaúde, fortalecendo a integração da telessaúde à Rede de Atenção à Saúde do SUS.- Constituição Estadual de São Paulo;
- Lei Federal nº 15.378, de 6 de abril de 2026, que institui o Estatuto dos Direitos do Paciente, regulando os direitos e responsabilidades dos pacientes atendidos por serviços de saúde públicos e privados, incluindo autonomia, consentimento informado, acesso à informação, confidencialidade dos dados de saúde, acesso ao prontuário, segunda opinião médica e diretivas antecipadas de vontade.
- Lei Estadual nº 10.083, de 23 de setembro de 1998, que institui o Código Sanitário do Estado de São Paulo e dá outras providências.
- Lei Estadual nº 10.241, de 17 de março de 1999, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado de São Paulo, garantindo, entre outros direitos, atendimento digno e respeitoso, sigilo das informações, identificação dos profissionais responsáveis, informações claras sobre diagnóstico e tratamento, consentimento livre e esclarecido e acesso ao prontuário médico.
- Lei Estadual nº 17.832, de 1º de novembro de 2023, que promoveu a consolidação da legislação paulista de saúde e incorporou os direitos dos usuários dos serviços de saúde anteriormente previstos na Lei nº 10.241/1999.
- Lei Orgânica do Município;
- Lei Municipal nº 12.546, de 07 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.725, de 9 de janeiro de 2004, que institui o Código Sanitário do Município de São Paulo;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município, e dá outras providências;

- Portaria SMS nº 522, de 21 de junho de 2018, que estabelece normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, disciplinando mecanismos de participação social, transparência, acesso à informação, recebimento de reclamações, sugestões, denúncias e avaliação dos serviços públicos de saúde.

- Lei Municipal nº 17.718, de 23 de novembro de 2021, que define a prática da telemedicina no Município de São Paulo, estabelece modalidades como teleconsulta, teletriagem e teleinterconsulta, determina a observância dos princípios da bioética, da proteção de dados pessoais, da autonomia profissional e da segurança do paciente, e atribui à Secretaria Municipal da Saúde a regulamentação dos procedimentos necessários para sua execução.

- Portaria SMS nº 123, de 2021, que estabelece a Plataforma da Saúde Paulistana e-saúdeSP como instrumento oficial para a integração dos dados clínicos e para a prática de teleassistência no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo.

- Portaria SMS nº 804, de 29 de novembro de 2024, que regulamenta as práticas de teleassistência no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, atualiza conceitos de teleassistência, define diretrizes operacionais para o atendimento remoto na rede municipal de saúde e revoga a Portaria SMS nº 267/2023.

- Portaria SMS nº 369, de 8 de junho de 2024, que dispõe sobre o Programa de Transformação Digital da Secretaria Municipal da Saúde e institui o Comitê de Governança de Saúde Digital e de Tecnologia da Informação e Comunicação, visando ampliar e qualificar as ações de saúde digital e teleassistência no Município de São Paulo.

- Portaria SMS/CMS nº 221, de 11 de abril de 2024, que dispõe que o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo atuará na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde no âmbito municipal.

PL 89/2026 Institui a Campanha Municipal Preventiva de Conscientização sobre o Sinal de Frank como possível marcador de risco cardiovascular, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 1232/2025 Altera dispositivos da Lei nº 13.945, de 7 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de aparelho desfibrilador externo automático em locais que designa.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 1145/2025 Altera dispositivos da Lei nº 13.945, de 7 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de aparelho desfibrilador externo automático em locais que designa.

PL 664/2025 Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para instituir o mês "maio vermelho de conscientização e prevenção de doenças cardiovasculares, dando ainda outras providências.

PL 509/2025 Dispõe sobre a implementação do teste automático de índice tornozelo braquial (ITB) nas unidades de saúde do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 469/2025 Institui a criação da UBS do Idoso no Município de São Paulo e, dá outras providências.

PL 399/2025 Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o "Dia Municipal da Saúde do Coração - Dia dedicado a conscientizar a população sobre as doenças cardíacas e as medidas preventivas".

PL 444/2023 Cria a Semana Municipal de Cuidados com o Coração e Prevenção às Doenças Cardíacas na cidade de São Paulo, e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 15 de junho de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068